

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 166, DE 2019

Tipifica a prática de crime com a utilização de simulacro de arma de fogo.

Autor: Deputado JOSÉ NELTO

Relator: Deputado ALUISIO MENDES

I - RELATÓRIO

Trata-se de alteração da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, conhecida como Estatuto do Desarmamento, mediante inclusão do art. 14-A, tipificando o crime de 'posse ou porte ilegal de simulacro de arma de fogo' e cominando-lhe a pena de detenção de um a dois anos e multa.

Na Justificação o ilustre autor afirma reapresentar o PL 3.852/2015, de autoria do ex-deputado Laudívio Carvalho, arquivado ao fim da legislatura. O dispositivo em apreço estava positivado na Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, revogada pela atual norma de regência, como proibição de utilização de arma de brinquedo, e foi revogado pelo Estatuto, o que ensejou o aumento de crimes utilizando tais artefatos.

Apresentado em 04/02/2019, no dia 12 do mesmo mês o projeto foi distribuído às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), a última para análise de mérito e para efeito do disposto no art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sujeito a apreciação do Plenário, sob o regime de tramitação ordinária.

Tendo sido designado como Relator, em 27/3/2019, cumprimos o honroso dever neste momento.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

É da alçada desta Comissão Permanente a análise do mérito de matérias relativas à violência urbana, à legislação penal e processual penal do ponto de vista da segurança pública, assim como às respectivas políticas, na forma do disposto no RICD (art. 32, inciso XVI, alíneas 'b', 'f' e 'g').

O enfoque deste parecer será o do mérito segundo a vocação temática da CSPCCO, deixando a análise acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa a cargo da comissão pertinente, a CCJC.

Cumprimentamos os ilustres autores pela preocupação em aperfeiçoar o ordenamento jurídico, no sentido de conferir mais proteção a toda a sociedade, mediante a tipificação das formas em que condutas delitivas são perpetradas, em prejuízo dos cidadãos.

Em boa hora o dispositivo outrora constante da Lei de Armas tende a ser novamente positivado. O grau de violência que assusta a população é compatível com as variadas formas com que os delinquentes atuam, especialmente nos crimes contra o patrimônio duramente adquirido.

Nada mais justo e necessário, portanto, que a adoção de mecanismos que reduzam a oportunidade de perpetração de tais crimes, como o que ora se propõe. Com efeito, a tipificação da conduta, além de responsabilizar os que doravante assim agirem, terá o efeito pedagógico de, pela prevenção geral, desestimularem essa mesma conduta, pela certeza de que não mais ficará impune por atipicidade.

Feitas essas considerações, votamos pela **APROVAÇÃO** do **PROJETO DE LEI Nº 166/2019**.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado ALUISIO MENDES
Relator